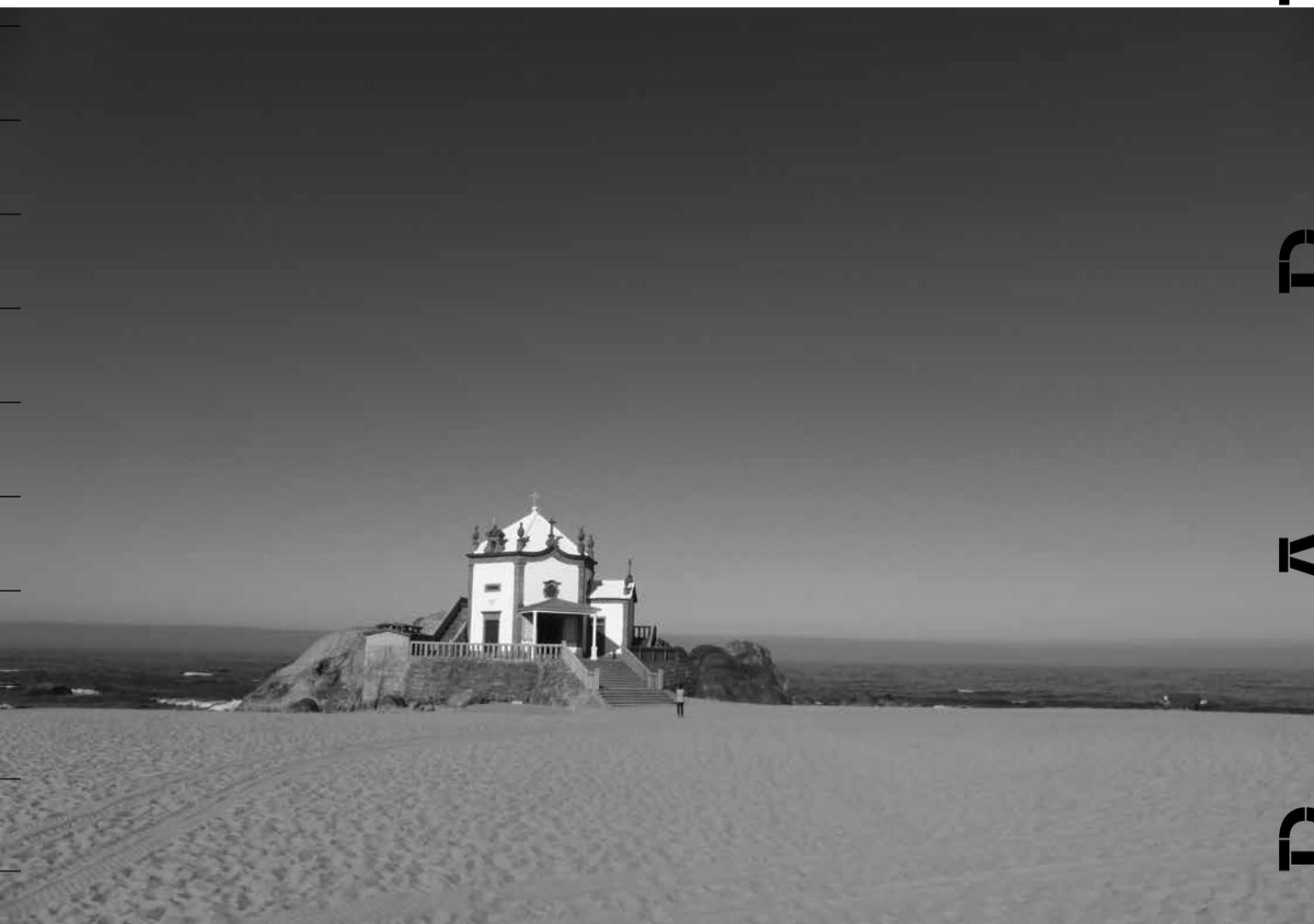


Madalena Pinto da Silva
**À praça geográfica: lugar público
no território¹**



da cidade contemporânea

Os arquitectos começavam os seus projectos analisando e explorando as particularidades geográficas do território para o poderem transformar em continuidade, garantindo para um sítio específico um projecto determinado.

Hoje, a condição contemporânea de infinitude da cidade e a produção de tipologias atópicas que se *instalam* pelo território vão criando uma estética urbana alternativa àquela que se constituía na geografia, na história e na memória. A produção arquitectónica homogeneiza-se, já não em função de uma racionalização da construção, da tecnologia e da artisticidade (objectivos tão caros aos defensores de um estilo internacional), mas como reprodução de imagens de sucesso que a comunicação exalta e celebra. A divulgação eficaz de modelos arquitectónicos e a sua fácil reprodutibilidade conduz, também, a uma homogeneização das formas de crescimento da cidade, imagem débil de uma suposta globalização e à fractura formal evidente entre as duas condições urbanas contemporâneas: a do mundo da cidade e a do urbano generalizado.

A arquitectura da cidade sempre foi condicionada por factores alheios à própria arquitectura, mas não deixou de se equacionar sempre no seu campo disciplinar. Hoje, a arquitectura aparece como subsidiária de outras áreas do conhecimento, manifestando-se, porém, exuberante nas suas formas, numa ilusória autonomia, e cativa de pressupostos que a ultrapassam e desvalorizam. Assim, concordamos com Vittorio Gregotti (em Nesbitt, 2008, p. 565) quando afirma que “o pior inimigo da arquitectura moderna é o conceito de espaço considerado exclusivamente em termos de suas exigências técnicas e económicas, indiferente à ideia do local. A geografia é a descrição de como os sinais da história se converteram em formas, por isso o projecto arquitectónico tem a missão de revelar a essência do contexto geoambiental mediante a transformação da sua forma. O ambiente não é, portanto, um sistema onde a arquitectura se dilui. Ao contrário, é a matéria mais importante para desenvolver o projecto. De facto, com o conceito de local e o princípio do assentamento, o ambiente torna-se a essência da produção arquitectónica”.

Pensamos que talvez seja aquela a maior debilidade da cidade actual, uma cidade que se expande indiferente às particularidades geográficas e às condições físicas do território, que se constrói como resposta, muitas vezes eficaz, a programas ditados pela descentralização acelerada da habitação, da indústria ou do comércio, paralelamente ao crescimento exponencial de uma estrutura viária diversificada e omnipresente. É evidente que a cidade nunca cresceu tanto como no último século, que o progresso técnico-científico, o desenvolvimento da informática e dos meios de comunicação alteraram consideravelmente o nosso dia-a-dia. Mas a cidade como arquitectura, na sua imanente estrutura física, não pode ser secundarizada pelo conjunto dos novos sistemas telemáticos, por uma

1. Capela do Senhor da Pedra



2. Mãe d'água, Santuário de Nossa Senhora do Cabo



3. Nossa Senhora da Boa Nova

“cidade virtual” que nega o texto urbano e não permite ler na cidade a capacidade descritiva da sua forma urbana, através dos seus sinais permanentes de identidade, nem perceber a matriz da sua forma global de assentamento no território: a hierarquia do seu sistema viário; a localização dos seus monumentos; a forma do seu espaço público e a forma do conjunto do seu edificado.

dos lugares públicos

O primeiro acto antiquíssimo da arquitectura não é o refúgio na caverna, na tenda ou a construção da cabana, mas o acto de colocar uma pedra no solo, de o nomear e distinguir, habitando-o: o acto da transformação da geografia em história dos diferentes lugares.

(Gregotti, 2006, p. 64).

Este acto breve, preciso, revestia-se de uma intencionalidade funcional mas arrastava também consigo uma lógica particular de habitar, desenvolvendo um continuum de transformação da paisagem na construção de lugares arquitectónicos identificáveis ou, muitas vezes, exaltando o sítio na sua mais profunda dialéctica:

se o sítio se dá a ver sob a forma de um situm, [...] se aparece, assim, como objecto marcante, é também o sítio que deixa mostrar o resto dos objectos da paisagem.

(Cauquelin, 2002, p. 146)

No território, determinados sítios excepcionais na paisagem natural foram sendo eleitos como lugares especiais de edificação. Esta escolha criteriosa celebrava o carácter extraordinário do sítio, e consagrava a natureza como desígnio do homem, entendido na sua mais profunda antinomia: a aspiração suprema à sua completude (a natureza como conceito demiúrgico) e a necessidade constante da sua transformação (a natureza como lugar de habitabilidade).

Assim, assinalavam-se os sítios no território, transformando-os em lugares de significação extraordinária (lugares de culto e de devoção) e / ou em lugares de apetência gregária (como géneses de aglomerados urbanos). Natureza e lugar edificado constituíam-se, então, como um conjunto que tanto potenciava o carácter mágico da paisagem, como demonstrava a capacidade de se adequar às diferentes formas de habitabilidade do homem. A escolha do sítio e a sua marcação, isto é, a apropriação dos elementos topomorfológicos da paisagem territorial como premissa da criação de lugares, constituía o início do processo de fixação do homem e de uma *urbanidade* geográfica.

Embora ao longo da história da arquitectura e da cidade tenham sido variadas as interpretações do conceito de *topos*, este presidiu não só à criação da cidade como às suas múltiplas formas de transformação

e desenvolvimento. No entanto, sem pretendermos simplificar atitudes projectuais ou fixar paradigmas teóricos, podemos reconhecer, hoje, em alguma prática arquitectónico/urbanística, duas exaltações singulares do conceito de *topos*, manifestamente traduzidas em duas atitudes, aparentemente dicotómicas: a defesa de um internacionalismo topofóbico que tende a institucionalizar códigos, linguagens, modos de ir fazendo arquitecturas e cidades, e, como tal, não atribui ao sítio um valor condicionante do projecto, erguendo lugares sem identidade; e a defesa de um regionalismo topofílico que, efabuladas as premissas identitárias do sítio, e apoiado em virtualismos historicistas, vai defender o sítio como conceito imutável, criando lugares sem futuro. Complementarmente, as duas *patologias* apontadas expressam a concretização de fugazes metodologias e conferem à cidade actual as formas dispersas de uma urbanidade onde dificilmente têm presença os lugares públicos como espaços de sociabilização democrática e de representação urbana.

Há os nostálgicos que procuram fossilizar, conservar e muitas vezes até reproduzir a aparência de uma arquitectura do passado, sem a mínima fé nas forças vivas da nossa sociedade. Mas há, também, um movimento que alicerça o seu pensamento na redescoberta da importância do sítio e da sua história para a transformação e criação de lugares. A ideia de lugar nasce de modos de agir, de comportamentos convencionais ligados a esquemas conceptuais, de situações espaciais, de luz, de forma e de tessituras dignas de serem recordadas. [...] Para se tornar convenção o lugar precisa de estabilidade temporal e de características físicas reconhecidas que sugiram experiências sócio culturais precisas. É assim que identificamos as relações entre forma, lugar e história. O espaço arquitectónico adquire um duplo papel graças à sua permanência: o papel de testemunho da história e o papel de ocasião para o futuro.

(Von Meiss, 1996, p. 151)

Constatamos, ainda, que na prática arquitectónica actual as relações que se estabelecem entre objectos, ou entre factos urbanos, são, assim, ditadas não pelo significado das suas formas, mas por leis de conexão que os objectos estabelecem entre si. Deste modo, já não fará sentido o estudo das formas do território como valor fundacional da prática arquitectónica e a importância da geografia como suporte da sua exequibilidade... A prática arquitectónica deixa, assim, de se estruturar em referências analógicas disciplinares ou em referências físicas do território que a cerca.

Se analisarmos o território português urbanizado recentemente percebemos que estamos perante uma realidade homogénea à qual dificilmente conseguimos fazer corresponder as singularidades e diferenças que caracterizavam a cidade tradicional. Este fenómeno de “urbanização generalizada” dilui a *realidade geográfica da cidade*

e cria um vasto território onde a forma urbana perde todo o seu sentido. Estamos perante duas dimensões diferentes: por um lado, a imagem da cidade tradicional com a sua forma *fechada* e identificável, por outro lado, a imagem de territórios urbanizados dispersos, que se pretende globalizadores e democráticos, mas onde não se reconhece um projecto ou uma forma realmente urbana.

A este conceito de globalização devemos fazer corresponder um outro, o de desterritorialização, entendido como a perda de identidade do espaço próximo, físico e específico, em favor de um outro espaço virtual, global e homogéneo. A unificação de um *modus operativo* de urbanizar o território, pela utilização de arquitecturas desligadas do lugar e da tradição, cria paisagens urbanas idênticas em contextos diversificados, fomentando a ilusão de um mundo social, económico e politicamente igualitário. A mundialização da arquitectura empobrece um dos sentidos mais nobres da construção da cidade, a capacidade de se ir transformando garantindo a continuidade do seu significado.

Há uma diferença considerável entre os valores do universal e os da mundialização. Com efeito, o universal é ainda um sistema de valores aos quais todos podem aceder. E embora pouco a pouco o universal se vá neutralizando e todas as culturas se vão justapondo, o efeito produzido é, apesar de tudo, uma igualização ‘por cima’, uma igualização pelos valores. Pelo contrário, no processo de mundialização assiste-se a um nivelamento “por baixo”, pelo menor denominador comum, é a ‘disneyficação” do mundo. E creio que, ao contrário dos valores que animam o universal, a mundialização será o teatro de uma discriminação intensa, o lugar da pior discriminação.

(Braudrillard em Braudrillard & Nouvel, 2000, p. 107)

Os novos espaços de lazer e de consumo e as múltiplas formas de comunicação virtual apresentam-se como os espaços da nova ‘urbanidade’ que as práticas sociais contemporâneas parecem reclamar. Esta leitura, redutora das circunstâncias vigentes, é o argumento que preside à proliferação de arquitecturas pontuais desinseridas de um projecto mais global de transformação, e sem uma ideia de continuidade da própria arquitectura e da própria cidade. Constroem-se assim os contentores dos programas da contemporaneidade, garantem-se as acessibilidades, anunciam-se as vantagens do momento e divulgam-se as imagens da diferença e do progresso... A política e a estratégia de planeamento urbano actual vão-se realizando em função de objectivos sectoriais, supostamente especializados, e a cidade vai-se construindo num somatório de edifícios e de vias sem uma ordem ou um modelo, não unitário mas global, de cidade.

Vão-se cumprindo, parcelarmente, os programas da contemporaneidade, mas vão-se destruindo, também, as possibilidades de uma urbanística alternativa que continue a fundar-se na morfologia do território e na geografia, na interpretação das formas da cidade

e na composição *ordenada* das suas funções urbanas. As novas condições estruturam-se independentemente de um suporte geográfico, obedecendo a recombinações de elementos urbanos descontextualizados, aos quais é dado um sentido supra-urbano, uma valorização das suas particularidades individuais em detrimento de um conceito global que os constitua como cidade. É, assim, desrespeitada tanto a *ordem natural* que constitui as condições básicas da existência, como a *ordem humana*, aquela que, “através da arquitectura e da cidade protege e fornece os espaços adequados a várias funções”. (Quaroni, 1996, p. 30)

As paisagens contemporâneas, sem uma forma reconhecível que permita interpretar e compreender a sua morfologia geral, ocupam o território segundo lógicas infra-estruturais ligadas às novas tecnologias telemáticas, aos novos meios de comunicação, fundadas numa economia produtivista e numa sociedade globalizadora. Assim, a cidade expansiva “não assenta sobre um território bidimensional que possa ser cercado por círculos concêntricos e vias de saída da cidade, nem se pode reduzir a um conjunto de edifícios construídos sobre uma planta: não há perspectiva visual, nem geografia urbana que se desenhe sobre um plano. [...] as possíveis delimitações que se proponham na nova cidade já não estarão baseadas na distinção entre interior, fronteira e exterior, nem nos parcelamentos do território, mas em estruturas reticulares, arborescentes e selváticas...” (Echeverría, 1999, p. 19)

para uma praça geográfica

Hoje, o território do urbano engloba zonas que até aos anos 1960/70 eram considerados espaços rurais ou naturais, espaços limítrofes da cidade. Alguns destes espaços poderão ser lugares de excepção para a construção de lugares públicos que, numa relação com o território, possam gerar uma hierarquia de sistemas estruturais, viários e edificados, fragmentados. Estes lugares tornam-se, assim, pontos de referência privilegiada na paisagem, lugares espacial e formalmente dominantes, caracterizando-se pela definição rigorosa dos limites físicos da sua superfície e por uma dimensão volumétrica que se medirá nos seus horizontes. Aparecem-nos, então, como lugares isolados (no sentido em que o seu uso é secundarizado pelo valor geográfico do seu lugar, e pelo valor excepcional da sua forma) e como elementos potenciadores de um crescimento articulado e dirigido, num processo de continuidade urbana. Privilegiando a localização e a inserção no território (cujas características morfológicas serão factores determinantes da própria arquitectura do lugar), estes lugares públicos podem resistir às transformações urbanas mais profundas e ir adquirindo um valor referencial e um claro significado, ao longo das formas / tempos da cidade, ora se afirmando como porta ou limite (como transição entre ordens de composição urbana distintas), ora continuando a sua condição primigénia de elemento isolado na paisagem (como exaltação do lugar – razão original da sua localização).



4. Marginal de Vila do Conde, Álvaro Siza



5. Marginal do Porto, Manuel de Solà-Morales

O território urbano já não possui fronteiras precisas e integra no seu interior grandes fragmentos de solo natural os quais, devido a uma profunda mutação das relações topológicas, não podem ser considerados como espaços externos, estranhos à cidade, mas sim como outras peças do puzzle colossal de que é composta a cidade contemporânea. Estes são os dados objectivos que qualquer trabalho de análise da realidade territorial põe em evidência. E, como é lógico, o reconhecimento e os pressupostos desta realidade, longe de serem inócuos, propiciam uma nova interpretação segundo a qual é nestes grandes vazios interurbanos que reside a chave para se estabelecer uma adequada 'coluna vertebral' da nova cidade disseminada no território.

(Martí Arís em Cajati et al., 2001, p. 22)

Pensamos que a **praça geográfica** poderá constituir-se como um desses espaços públicos cuja origem depende essencialmente das condicionantes geográficas e paisagísticas do lugar, e que se conforma numa clara identificação ou submissão à topologia do terreno. A forma da praça irá transformar o lugar, mas os temas de paisagem, geografia, topografia e natureza serão recuperados como temas da arquitectura ao estabelecerem uma relação directa da praça com a 'terra' – uma modulação da sua superfície, na efabulação dos seus acidentes e particularidades. Reafirma-se, assim, “a compreensão do território como forma e como história, através de uma arquitectura que exalte as características fundamentais do sítio.” (Von Meiss, 1986, p. 157)

Como tal, pensamos que a **praça geográfica** é colocada na sua dimensão territorial e prende-se com a valorização dos factores geográficos, de paisagem e topográficos que presidiram (juntamente com outros que hoje não fazem sentido, como o da defesa, ou da produtividade agrícola dos terrenos circundantes) à fundação da cidade. Fundamenta-se na escolha da excepcionalidade do sítio e concretiza-se pelo carácter geográfico do lugar. Por outro lado, a **praça geográfica** pode contemplar os vazios deixados por estruturas abandonadas nas paisagens da periferia urbana, lugares de obsolescência funcional mas de grande potencialidade evocativa, permitindo, assim, perpetuar a excepcionalidade da sua localização, e assegurar-lhes um uso colectivo como espaço público de estar, como praça. Trata-se, portanto, de “intervir naquelas partes do território que, depois de terem sido objecto de ocupação ou de fruição transitória, foram inutilizados e apresentam, frequentemente, depois do seu abandono, sintomas de degradação. Impõe-se, nestes casos, uma estratégia de *reciclagem do solo* que arrisque tirar partido da situação criada, convertendo o seu lado patológico numa ocasião para o projecto”. (Martí Arís em Cajati et al., 2001, p. 31)

Na contemporaneidade, considerado o território todo ele com potencial de urbanidade, o que importa é, mais uma vez e sempre, distinguir as vocações dos sítios, criar as formas que os qualifiquem

como lugares arquitectónicos (de modo a que não se justifiquem somente como lugares de progresso e de consumo) e assegurar a relação entre continuidade e transformação da cidade, através, também, da natureza dos seus espaços públicos. Como clarifica Lewis Mumford, não é a grande dimensão destes espaços públicos que os distingue ou valoriza, mas a qualidade na escolha da sua localização e no desempenho da sua utilização colectiva. Apesar da forma difusa da cidade contemporânea, pensamos que a cidade ainda é o centro de organização territorial, e, como tal, a **praça geográfica** pode representar um dos compromissos da cidade em expansão perante um território expectante.

1 → O artigo incluiu partes da dissertação de doutoramento da autora, apresentado à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em Dezembro de 2009; as citações que constam no artigo foram traduzidas para português pela autora; o artigo não respeita o novo acordo ortográfico.

Referências Bibliográficas

- Cache, B. (1977). *Terre meuble*. Orléans: Ed. Ressources.
-
- Braudrillard, J. et al. (2000). *Les objets singuliers – architecture et philosophie*. Paris: Éditions Calmann-Lévy.
-
- Cajati, C. (2001). *Luoghi pubblici nel territorio: Una proposta per le cave del Casertano*, Napoli: Giannini Editore.
-
- Echeverría, J. (1999). *Los señores del aire: Telépolis y el Tercer Entorno*. Barcelona: Ediciones Destino.
-
- Gregotti, V. (2001). *Diciassette lettere sull'architettura*. Bari: Editore Laterza.
-
- Cauquelin, A. (2002). *Le site et le paysage*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Nesbitt, K. (2008). *Uma nova agenda para a arquitectura: Antologia teórica 1965-1995*. S. Paulo: Ed. Cosac Naify.
-
- Pinto da Silva, M. (2009). *Forma e Circunstância: a praça na cidade portuguesa contemporânea*. Porto: FAUP, edição policopiada.
-
- Quaroni, L. (1996). *Il progetto per la città: Dieci lezioni*. Roma: Edizioni Kappa.
- Ritter, J. (1997). *Paysage, Fonction de l'esthétique dans la société moderne*. Besançon: Les Éditions de L'Imprimeur.
-
- Roger, A. (1997). *Court traité du paysage*. Paris: Éditions Gallimard.
- Solà-Morales, I. (2002). *Territorios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
-
- Von Meiss, P. (1986). *De la forme au lieu : une introduction à l'étude de l'architecture*. Lausanne : Ed. Presses Polytechniques Romandes.